

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de junho de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora marcada, verificou-se, na lista de presença, o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabiola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José Arimatéia, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rosenberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(54)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária que foi anunciada anteriormente.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

(Lê) “Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.754/2016 para o Projeto de Lei de nº 21.914/2016 e Requerimento de Urgência nº 8.755/2016 para o Projeto de Lei nº 21.915/2016.”

O Sr. Adolfo Viana: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo

Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu gostaria de saber de V.Ex^a, porque nós acabamos de encerrar uma sessão por falta de quórum, não tínhamos 21 presentes, e para convocar uma sessão extraordinária nós precisamos da assinatura de 21 Srs. Deputados. V.Ex^a pode ler para sabermos quais os deputados que assinaram, já que eles não estão presentes? Como é que esse documento está sendo assinado por 21 Srs. Deputados?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, as assinaturas dos 21 Srs. Deputados estão aqui, não me interessa onde assinaram, o que me interessa é que as assinaturas estão aqui.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu darei a V.Ex^a.

A praxe aqui é que os deputados assinam a convocação, e eu não posso informar se foi assinado hoje, eu não tenho como avaliar. Por exemplo, o deputado Fábio Souto está aqui presente, mas não quis dar a presença, é um direito dele. O deputado assinando o documento, não me interessa se foi assinado hoje, amanhã, desde que tenha a sua assinatura. Eu posso ler, vou até chamar Carlos para me ajudar, porque eu não conheço as assinaturas.

O Sr. Adolfo Viana:- Por favor, Sr. Presidente, por que eu estou colocando? Se o deputado Zé Neto permitir, eu farei a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o meu questionamento é justamente porque a Liderança do Governo pode ter uma pilha de 200 documentos como esse, assinados aqui e nunca uma sessão irá cair porque eles apresentarão um após o outro, um após o outro. Ou seja, para que o documento tenha validade, o deputado tem que estar presente, isso é natural, porque senão nunca iremos conseguir derrubar uma sessão aqui na Casa, uma vez que Ney, esse brilhante funcionário da Bancada governista, tem aí 200 documentos idênticos a esse, assinados. Então, um deputado ausente não pode assinar um documento para garantir uma convocação de sessão extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu estou vendo o deputado presente, inclusive V.Ex^a, que não deu quórum. Entenda! Até a própria presença eu não posso dar quórum, imagine com a assinatura. Então, o argumento de V.Ex^a eu uso, inclusive, contra V.Ex^a mesmo, já que V.Ex^a está presente, e eu o considero ausente!

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V.Ex^a pode ler o nome dos deputados que assinam este documento?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou ler.

Deputado Adolfo Viana, eu tenho um apreço muito grande por V.Ex^a, e o argumento que eu dou para V.Ex^a...

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma. Só um segundinho.

(...) V.Ex^a presente, coma pessoa física, eu considero ausente, porque V.Ex^a não deu presença no painel.

O Sr. Adolfo Viana:- Completamente diferente, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, pelo contrário.

O Sr. Adolfo Viana:- Completamente diferente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pelo contrário, o deputado assinando eu não tenho como argumentar que ele está nos Estados Unidos, ele tem uma assinatura, é confiança dele comigo.

O Sr. Adolfo Viana:- Imagine, presidente, que nós vamos convocar uma reunião, deliberar sobre a nossa sessão, e um deputado, supostamente, nos Estados Unidos. Seria um contrassenso absurdo para esta Casa Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, contrassenso, se V.Ex^a quer, é o deputado presente, e eu considerar ausente.

O Sr. Adolfo Viana:- Oxente! Presidente. Isso é uma prerrogativa, é uma manobra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, essa também é uma prerrogativa.

O Sr. Adolfo Viana:- Mas, não legítima, nessa daí um deputado ausente está agindo como se estivesse presente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, a pessoa física. O deputado Marcel, estou vendo aqui, e eu o considerei ausente.

Eu indefiro a questão de ordem de V.Ex^a pelos próprios argumentos.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu solicito que V.Ex^a leia, por favor, o nome dos deputados que assinam esse documento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou ler. Carlos, me ajude aqui.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, eu solicito quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Assinaram aqui os deputados: Aderbal Caldas, Alex Lima, Alex da Piatã, Ângela Souza, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Gika, Joseildo Ramos, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Neusa Cadore, Paulo Rangel, Robério Oliveira, Rosemberg Pinto, Vando, Zé Raimundo e Zó.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, depois que V.Ex^a leu esse documento, eu

constato que mais da metade dos parlamentares que compõem este documento não deram presença e, portanto, não se fazem presentes neste Parlamento no dia de hoje. Então, nós estamos convocando uma sessão extraordinária com a assinatura de parlamentares que não se encontram na Assembleia. É uma sessão, no meu modo de ver, no mínimo, estranha e duvidosa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, se V.Ex^a está presente e eu considere ausente por uma estratégia da Oposição, imagine com a assinatura do deputado, que tem fé de ofício. Não sou eu que vou checar...posso até mandar checar se é assinatura de deputado, se V.Ex^a pedir por escrito, mando checar.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, hoje a Casa pretende votar dois projetos em regime de urgência importantíssimos. A ausência desses parlamentares constata que esse documento está nas gavetas da liderança do governo há algum tempo. E acredito que, se esta sessão cair, e acredito que vai cair de novo, apresentarão outro documento idêntico a esse e que provavelmente os parlamentares não estarão presentes, mais uma vez, aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu sou obrigado a cumprir o Regimento. Por exemplo, por praxe, o deputado só é considerado presente quando se faz... Por praxe, o deputado mandou por escrito, eu considero válido.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, eu queria só chamar a atenção porque a gente está caminhando para um procedimento de desrespeito completo nesta Casa. Se o deputado acha que tem que evocar a seu interesse a cada vez, não justifica ter acordo firmado entre as bancadas. Isso quer dizer que também vou solicitar do senhor, Presidente, a condução do Regimento. A presença no Plenário não tem argumento nenhum para ser considerada ausência.

Então, se a gente derruba sessão ou mantém sessão, respeitando a vontade, como uma praxe desta Casa, do parlamentar estar ou não estar a seu interesse, desrespeitando, inclusive, o estatuto desta Casa, se isso não vale para todos, então não tem por que ser mantido. Não tem que estar presente e não pode voltar a participar da condução quando o quorum é estabelecido, porque às vezes até em votação isso é um procedimento natural.

Então, Sr. Presidente, queria só colocar que a condução aqui dada pelo nobre deputado Adolfo, que, na visão dele, interessa apenas ao momento na sua condição, desrespeita todos os princípios e até mesmo o princípio de, na hora de botar uma matéria para votação, nesta Casa, respeitar a consulta às duas bancadas.

Até isso cai por terra, porque, se tem maioria, passa-se o rodo e vota. E não é isso que estamos buscando. Nós estamos buscando o entendimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu mantereí as duas praxes. O deputado

só estará presente marcando a presença e mandando por escrito a convocação extraordinária. Isso é praxe desde o descobrimento do Brasil, e também vou manter. Mantenho as duas.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, eu quero contribuir com essa discussão aqui e dizer o seguinte: a assinatura do deputado em um documento desse, se ele não está presente, para mim é algo parecido como se alguém tivesse marcado a presença dele no painel. Parece-me coisa análoga.

Com relação ao deputado estar presente e não marcar presença, eu até concordo com V.Ex^a. É muito fácil de resolver. É só o deputado se retirar do Plenário e pronto. Agora, eu acho que devemos nos aprofundar nessa questão de já se ter solicitação de sessão extraordinária de forma já encomendada. Eu também quero fazer meu protesto.

E quero aproveitar, Sr. Presidente, a presença de V.Ex^a aqui e gostaria que o deputado Zé Neto estivesse sentado ao seu lado, como estava há pouco. Há cerca de um mês atrás, eu cobrei indevidamente de V.Ex^a notícias dos nossos projetos de lei, aprovados aqui na Casa, que foram encaminhados para o governador sancionar ou vetar. Ele não sancionou nem vetou, nem devolveu para a Casa.

Eu quero aproveitar e fazer essa cobrança ao deputado Zé Neto, que é o Líder do Governo. Depois da resposta que V.Ex^a me deu, inclusive, mostrando cópia do ofício, cabe ao deputado Zé Neto nos dar satisfação, não só a nós, deputados da Oposição, como deputados da base do Governo, também, que têm projeto de lei aprovado lá e que o governador não dá notícias. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou ratificar ao governador.

O Sr. Hildécio Meireles:- Obrigado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Rápido, por favor.

O Sr. Adolfo Viana:- Imagine V.Ex^a que um parlamentar, quando pede uma verificação de quorum, o Presidente acata esse pedido. Se o parlamentar se ausentar do plenário, o pedido dele cai automaticamente, bem assim como esse documento. Esse documento está fazendo uma sessão para aqueles que a convocaram e não se fazem presentes. Então, automaticamente, esse documento é inválido!

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Adolfo Viana, o deputado Zé Neto já tem convocação até 2018 já agendada.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, precisamos, de alguma maneira, exercitar o nosso Regimento para que ele não sirva apenas para enfeitar as nossas mesas. Esse

documento que V.Ex^a acabou de ler, com assinatura de 21 Srs. Parlamentares, no meu entendimento, é um documento nulo, justamente porque os parlamentares não estão presentes em Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Indefiro a questão de ordem, meu querido amigo Adolfo Viana. Desde o descobrimento do Brasil, é praxe, tanto para a Oposição, quando está presente, e só considero que está presente quando marca a presença, como para o deputado do governo, se mandar por escrito, sou obrigado a aceitar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há Grande Expediente. Horário das Representações Partidárias. Com a palavra o Líder da Maioria ou representante do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos. PDT! PDT! Não há orador.

Horário das Lideranças Partidárias. Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PCdoB/PSB/PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Por todo o tempo, o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra meu querido amigo deputado Bira Corôa pelo tempo de 13 minutos.

O SR BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, nobre deputado Marcelino Galo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores, senhoras, servidores e servidoras desta Casa, imprensa, visitantes, uso a palavra para chamar a atenção de um fato que foi noticiário na imprensa do mundo inteiro e que proporcionou manifestações em quase todo o mundo em relação ao incidente ocorrido em Orlando: uma pessoa deflagra tiros em uma boate gay e, conseqüentemente, vítima, leva a óbito 50 pessoas e deixa quase 70 pessoas feridas.

O que estou chamando a atenção não é o fato isolado. É a forma orquestrada da ação homofóbica e machista que ainda paira no mundo inteiro. O próprio governo americano, tentando omitir o fato, na primeira hora, coloca o número de vítimas muito abaixo da realidade, noticiando próximo a 20 pessoas, quando já se tinha conhecimento de que ultrapassava 40 pessoas e chegando a 50 pessoas, constatado hoje. Tenta conduzir o fato apenas como ação terrorista, chegando ao ponto de criar uma nova qualificação de terrorismo, o chamado lobo: uma pessoa isolada, que tem um surto, que comete um delito e passa a ser terrorista. Tudo isso com uma única perspectiva de esconder a ação homofóbica que lá foi caracterizada, tentou aproximar de uma ação religiosa, sem sucesso.

Nessa mesma linha, nobre deputada Maria del Carmen, seguiram todos aqueles regimes e governos que, também, são discriminadores, não encaram a realidade dos fatos, não respeitam a adversidade e não admitem que possa ter um espaço específico para cada setor da sociedade. Aí eu incluo o governo Temer, que, na mesma linha do governo americano, também vai na tentativa de passar a informação como um atentado e, não, com o caráter real que deve ser olhado, que é o combate à homofobia e o respeito, acima de tudo, às diversidades. Estou dizendo isso, porque todo o mundo percebeu, todos os setores organizados da sociedade foram às ruas fazer um protesto contra o ato homofóbico, contra a discriminação e contra a violência. Exceto os governos, incluindo o nosso, que vão tentar, mais uma vez, esconder a ação real, a causa, na perspectiva de chamar a atenção apenas para o efeito.

E aí quero chamar a atenção, porque esta Casa também tem responsabilidades, nobres deputados. Nesta Casa, há pouco mais de um mês, discutíamos o Plano Estadual de Educação e ouvimos o discurso vazio, simplório, daqueles que se dizem defensores até mesmo da família, mas que não defendem as mulheres quando aqui são vítimas do estupro. Muitos daqueles que se posicionaram contrários a discutir na formação do educador as questões ligadas à sexualidade, ao gênero, fizeram discursos aqui e foram à grande mídia para inverter os fatos e passar informações que não procedem. Como, por exemplo, de que não se podia permitir sexo com as criancinhas de seis anos, quando, em momento algum, no Plano de Educação, se disse que iria discutir sexo com criança. Então, essas são ações que demonstram que, se não olharmos com o respeito e a seriedade que os fatos exigem, estaremos produzindo loucos que passam a exercer a sua justiça sob sua ótica. E que se acham no direito de estar num espaço e deflagrar a sua ira e a sua raiva contra vidas. Nós não podemos estar plantando raiva, nós não podemos estar cultuando ira! Nós temos que trabalhar a concepção da sociedade para que ela possa não apenas ser tolerante, mas respeitar o direito dos outros. Aquele ato em Orlando é, sem dúvida nenhuma, um fato concreto da ação homofóbica, estabelecida na concepção de muitos e que se reflete em ações como essa.

E não poderia deixar de fazer essa pontuação aqui, porque agora mesmo, nesta Casa, há um projeto de lei tramitando, que é o reconhecimento do nome social. Também contestado por muitos, mas que assegura o direito àquelas pessoas que fazem o uso do seu nome social como direito. E olhem que muitos dos que contestam o uso do nome social, o utilizam na prática. Citei aqui exemplos. A própria deputada federal Eronildes, que muitos não conhecem, utiliza o nome social, por isso que as pessoas não a conhecem pelo seu nome real. E se posicionou publicamente contrária ao uso do nome social, quando faz uso dele. Seria um absurdo estar aqui me posicionando contra o nome social quando utilizo na vida pública, desde a condição de professor, vereador e, atualmente, na condição de deputado, um nome social. Bira Corôa é nome social, meu nome é Ubirajara Corôa. Então, quando utilizo Bira, estou utilizando um nome social. O deputado Bobô, o deputado Zó... Eu poderia usar aqui diversas referências nesta Casa de pessoas que utilizam o nome social

reconhecidamente. E não é apenas no Parlamento, não é apenas na vida pública, é também no esporte, é também na cultura. Em todas as atividades humanas, encontramos a utilização do nome social. Apenas nesta Casa é que ainda não se pretende respeitar o nome social. E olhe que o MEC já utiliza o nome social até mesmo para a seleção do Enem. Na seleção do Enem, foi aberto o direito de as pessoas utilizarem o nome social. Nas cadernetas de educação do Estado da Bahia, no ensino médio, o aluno pode fazer a opção do nome social e passar a utilizar o nome social. O Ministério da Justiça dá a opção de se utilizar o nome social e respeita isso, várias instâncias de poderes e de governo já o fazem também.

Por isso aproveito esse fato para chamar a atenção mais uma vez desta Casa, nobre deputada Luiza Maia, de que precisamos encarar a realidade e respeitar a diversidade como parte da formação da nossa sociedade e não por exclusão. E não é contrato de minorias, como no passado se utilizava, porque faço parte dessas minorias como negro, faço parte dessas minorias exatamente no processo de origem étnica. As mulheres são consideradas minorias quando numericamente são a maioria. Então, ainda é utilizada uma concepção de exclusão. O fato vivenciado em Orlando demonstra isso. Demonstra raiva, demonstra ira, demonstra indignação, e nós não podemos cultivar a raiva, nós não podemos cultivar a ira.

E chamo atenção mais uma vez: a defesa da família não parte pela concepção de excluir, mas, sim, pela concepção de fortalecer a partir da inclusão. Muitos dos isolados desse processo são vitimados, primeiramente, no seio familiar, são vitimados pela própria escola, que não está preparada no contexto da educação, são vitimados pelos agrupamentos sociais em que estão inseridos, são vitimados acima de tudo pelos regimes de condições políticas e pelos programas de governo de muitos dos países, estados e municípios. Só iremos resolver essas questões encarando o problema a partir da sua origem e não dos seus efeitos. É muito simples, é muito fácil distorcer ou fazer discursos em cima de uma ocorrência, e não estou me propondo a fazer discurso em cima da ocorrência.

Estou me posicionando, porque não estou aceitando a forma distorcida, discriminadora que o fato tem sido conduzido pela grande mídia, oriundo a partir da visão dos próprios governos, seja ele americano, seja ele brasileiro. É bom chamar a atenção de que os setores organizados da sociedade se posicionaram corretamente ao enxergar que a intenção era distorcer o fato, não gerar a polêmica, o debate, a discussão e não ir à origem do problema, e, sim, trabalhar apenas com os efeitos.

Por isso todos nós sentimos muito pelo fato, sentimos muito pelas vidas e pelas famílias das vidas que foram ceifadas pela ignorância, pela estupidez, pela intransigência e pelo ódio. Os próprios familiares desse – vamos chamar, se é para classificar, o agente responsável pela violência – agente colocaram claramente a forma de raiva que ele demonstrou quando presenciou um casal homossexual se beijando em um determinado ambiente. A forma com que ele tratava a sua companheira, com agressão, com violência e com chutes, quando chegava em casa, porque achava que a camisa não estava bem passada ou que a comida não estava a

seu gosto.

Então, olhem aí a formação que estamos dando a indivíduos na sociedade, formação que levam até isso, que levam a esse fato. E não se tenta camuflar ou esconder distorcendo os fatos ou apenas usando o argumento que algumas emissoras utilizaram. Ah! mas ele também foi morto pela polícia. Não queremos que a polícia seja agente de extermínio, não queremos que cidadãos na sua alta plenitude de vida possam cometer atos insensatos e de tamanha barbárie como essa.

Precisamos quebrar os tabus, nós precisamos abrir as nossas concepções para o debate e encarar a realidade do tempo moderno que estamos vivendo e o direito daqueles que fazem as suas opções ou orientações.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, foi reaberta uma nova sessão, e eu constato que esta sessão está sem quórum. Peço que V.Ex^a faça uma verificação de quórum, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, na verdade, não se passaram nem 20 minutos da verificação de quórum anterior. Mas, como aquela sessão caiu e, agora, já estamos em outra, eu lhe peço que marque o tempo regulamentar, acione as campanhas e todos os meios de comunicação, para que os nossos pares adentrem o Plenário, o mais rapidamente possível, e marquem as suas presenças, e assim tenhamos a continuidade da sessão.

É claro que hoje, numa segunda-feira, e ainda mais no dia do santo casamenteiro, muitos e muitas devem estar nas atividades tradicionais da cultura, da música e da oração, porque é essa a diversidade da nossa cultura brasileira. E também alguns podem estar ausentes daqui do Plenário, durante poucos minutos, até para receber pessoas que vêm do interior, como prefeitos, vereadores e lideranças, para resolver problemas, procurando, naturalmente, os deputados e deputadas em seus gabinetes.

Pois bem, solicito que as campanhas sejam acionadas para que possamos, com o tempo regulamentar, convidar todos os pares para adentrarem o Plenário e marcarem as suas presenças para a continuidade da presente sessão.

Por outro lado, quero neste momento reiterar, porque não me inscrevi para

falar, as palavras do deputado Bira Corôa, ressaltando o nosso compromisso com a vida, pela nossa luta em favor da promoção da igualdade, pela nossa luta em favor da justiça social e em favor da dignidade.

Eu sou da Igreja Católica, acredito no nosso bom Deus e tenho certeza de que Ele nos deu a vida para que possamos viver bem e ser feliz, sem jamais praticar atitudes discriminadoras, atitudes perversas ou atitudes homofóbicas que tirem a vida de nenhuma pessoa. Muito menos dessa uma forma trágica e violenta, em um momento em que as pessoas estavam exercendo o seu direito de descansar, de ouvir música, de dançar, de lazer.

Foi uma atitude perversa, enlouquecida, tresloucada e de muito ódio, provocando tamanha tragédia, infelicitando e destruindo tantos sonhos, tantos lares. Sabemos o quanto a dor de um falecimento é profunda no nosso coração. Imaginem, Sr^{as} e Srs. Deputados e todos que nos ouvem, o que aconteceu nessa madrugada de domingo com essas famílias em Orlando. Portanto, somo minhas palavras às do deputado e de outros que me antecederam.

Para concluir, reitero ao presidente desta sessão – neste momento, Marcelino Galo, mas já vejo ali o deputado Marcelo Nilo – o pedido para que adote os procedimentos necessários para que possamos ter aqui, o mais rapidamente possível, os nossos deputados e deputadas, e assim tenhamos o quórum da nossa sessão.

Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Srs. Deputados, há uma questão de ordem formulada pelo deputado Adolfo Viana...

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- (...) e pela deputada Fátima Nunes no sentido de que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Convoco todos os deputados para estarem presentes a este Plenário.

Inicialmente, com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Adolfo Viana; depois, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente Marcelo Nilo e presidente Marcelino Galo, eu estou com uma preocupação, porque iniciamos esta sessão, Sr. Presidente Marcelo Nilo, sem quórum. Nós iniciamos esta sessão extraordinária sem quórum qualificado, que é de 21 parlamentares. Encerramos a anterior e iniciamos esta sem os 21 parlamentares. Ou seja, esta sessão é irregular.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo assume a direção dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo, mais uma vez eu

explico a V.Ex^a que eu compreendo muito bem o seu papel e o dos demais deputados da Oposição, mas a praxe aqui, desde o descobrimento do Brasil, é que, quando há o primeiro quórum, ele vale para todas as sessões seguintes. Esta é a praxe, e eu vou mantê-la. Ou seja, as pessoas que registraram suas presenças às 14h30min, se a sessão for derrubada e houver a convocação de outra, a praxe é a de se manter essas pessoas presentes. E eu não vou quebrar essa praxe, exceto se for por meio de projeto de resolução.

Só se quebra uma praxe ou no Regimento... Se V.Ex^a mostrar no Regimento, porque, em tese, essas pessoas estão presentes. Em tese! E eu tenho de falar pela tese e pela tradição. E a tradição desta Casa é a de que, quando se derruba uma sessão por falta de quórum e se inicia, posteriormente, uma extraordinária, se mantém o quórum qualificado anterior.

E eu não vou quebrar uma tradição que foi mantida por todos os presidentes: deputado Eliel Martins, deputado Clóvis Ferraz, deputado Antônio Honorato, deputado Otto Alencar, deputado Gaban e o deputado Marcelo Nilo. Então, quero que V.Ex^a compreenda que estou mantendo uma tradição que existe desde que cheguei aqui, em 1990, quando as presenças eram marcadas no papel; hoje são marcadas no computador. E nós mantivemos essa tradição.

Peço a sua compreensão. Compreendo muito bem o papel de V.Ex^a de fazer uma oposição resistente, tudo bem, agora não posso quebrar a praxe.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a questão de ordem a V.Ex^a. Só um segundinho.

Verificação de quórum para a continuidade da sessão! Estão faltando marcar suas presenças os deputados Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Souza, Antônio Henrique Júnior, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Zé Neto, Líder do Governo, Zó, Vando, Tom Araújo, Targino Machado, Soldado Prisco, Sidelvan Nóbrega, Sandro Régis, Rosemberg Pinto, Rogério Andrade, Robinho, Robério Oliveira, Reinaldo Braga, Pedro Tavares, Paulo Câmara.

Questão de ordem, deputado Adolfo Viana; depois, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção de V.Ex^a para um assunto muito claro na minha ótica. V.Ex^a acaba de dizer que, quando uma sessão cai por falta de quórum, nós abrimos uma sessão extraordinária, retomando o quórum anterior. No meu entendimento, Sr. Presidente, para abrimos uma sessão extraordinária, nós precisamos de 21 deputados. Precisamos da presença de 21 deputados para haver o funcionamento deste Plenário.

A sessão caiu por não termos os 21 deputados, aí V.Ex^a abriu uma extraordinária como se tivéssemos 21 deputados na Casa, quando, na realidade, só tínhamos 15. Ou seja, não dá para abrimos uma sessão, reconsiderando um quórum

comprovadamente inexistente. V.Ex^a encerra uma sessão e abre outra, mas, para abrimos, precisamos de 21 deputados. E nós abrimos esta sessão com 15 deputados e estamos funcionando com 15 deputados.

No meu entendimento, estamos trabalhando de maneira equivocada e contrária ao que diz o nosso Regimento.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Indefiro a questão de ordem de V.Ex^a, deputado Adolfo Viana.

Com a palavra, para uma questão de ordem, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, quero, nesta questão de ordem, me solidarizar com as falas dos colegas que me antecederam. Gostaria de demonstrar solidariedade às famílias daqueles que perderam suas vidas em um atentado trágico a uma boate gay em Orlando.

Isso nada mais é do que a tradução, independente de ser aquela pessoa considerada ou não lobo solitário do Estado Islâmico, nada mais é do que a constatação do preconceito, da intolerância e do ódio que estão crescendo na humanidade sem que aqueles, aqui nesta Casa, no Brasil e no mundo, defendam a educação solidária, a igualdade, o combate ao racismo, ao sexismo, à LGBTfobia.

Por outro lado, há aqueles também que têm sucesso em impedir tais avanços.

Deputado Marcelino Galo, V.Ex^a tão bem preside a Comissão dos Direitos Humanos e sabe das crescentes ondas de conservadorismo e de fundamentalismo que estão assolando o mundo.

E, deputado Bira Corôa, para a nossa infelicidade, o Brasil, também, tem, em sua Câmara Federal, e tinha, há bem pouco tempo, o presidente Eduardo Cunha que está, totalmente, imbricado nos casos de corrupção, já denunciado, já solicitada a sua prisão. Ele consegue piorar com notas homofóbicas que nos indignam, senão como seres humanos... Como o Papa Francisco diz: “Se Deus não condena, quem somos nós para condenar?”

Temos de defender direitos iguais para todos, temos de defender avanços civilizatórios. Temos que combater toda forma de preconceito que hoje assola o mundo. Há preconceitos, não só contra LGBTs, como a xenofobia, que está vitimando milhares de pessoas que imigram para a Europa.

Vimos transmitir a nossa solidariedade nos incorporando às manifestações de solidariedade de vários através do governo brasileiro, mas também repudiar qualquer ato ou projeto ou atitude que instigue a favor da intolerância e do preconceito.

O que se passou naquela Câmara, com a presidência do deputado Eduardo Cunha?

Engrossamos as fileiras de pedidos. Inclusive, a bancada de mulheres mandou

para a deputada federal Tia Eron uma carta, solicitando que ela votasse a favor da cassação de Eduardo Cunha, alegando a sua bandeira história em defesa das mulheres.

Temos um presidente da Câmara dos Deputados com pensamentos dessa natureza que coloca projetos, notas homofóbicas, notas racistas, notas desfavoráveis às mulheres, inclusive projetos. Cito, aqui, como exemplo, o projeto que dificulta o atendimento, na área da saúde, daquelas pessoas que podem fazer abortamento legal em caso de estupro. Nós estamos num País com inúmeros casos crescentes de estupros.

Esta Casa, das sete mulheres da Comissão Direitos das Mulheres, aprovou uma ida ao Senado e à Câmara dos Deputados para tentar a majoração do apenamento não só em caso de estupro coletivo – o projeto já passou no Senado – mas também em qualquer caso de estupro.

Desta forma, nós vimos defendendo os direitos humanos, nós vimos defendendo o direito à igualdade, vimos combatendo todas as formas de discriminação e preconceito.

Temos que nos solidarizar àquelas famílias que sofreram este atentado à humanidade que vitimou 50 pessoas em Orlando. Temos inúmeros casos de assassinatos com cunho homofóbico chegando a quase mil no Brasil. Só aqui na Bahia, nós temos 20 casos. Não temos condições de seguir com isso.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Aproveito, ainda com o meu tempo da questão de ordem de pedir verificação de quórum, para convidar todos os deputados da bancada para virem ao Plenário.

Também nos solidarizar, presidente, com as famílias pela morte de duas crianças, em Cachoeira, na madrugada de ontem, vítimas de um incêndio, num casarão, no centro da cidade, que não foi debelado, já que, deputado Hildécio, só temos uma unidade...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a Fabíola Mansur:- (...) do Corpo de Bombeiros em Feira de Santana. Não temos uma unidade do Corpo de Bombeiros, em Cachoeira, que é uma cidade histórica.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Quero me solidarizar com as famílias dessas duas crianças. Ao mesmo tempo, peço o envio da nossa indicação ao governador para colocar uma unidade do Corpo de Bombeiros em Cachoeira o mais rápido possível. Então, solidarizo-me com o povo de Cachoeira.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Solicitamos aos Srs. Deputados que compareçam a este Plenário, a fim de marcarem as suas presenças.

Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, falo só para constatar mais uma vez.

Nós encerramos a sessão anterior a esta por falta de quórum.

Iniciamos esta sessão extraordinária também sem quórum.

Para se abrir uma sessão nesta Casa, são necessárias as presenças de 21 Srs. Parlamentares.

A comprovação disso é que já estamos aqui há 11 minutos, aguardando que 21 Srs. Parlamentares deem as presenças.

Ou seja, a sessão foi aberta sem quórum, sem os 21 Srs. Parlamentares. Nós não podemos utilizar este Plenário da maneira que estamos, justamente, por não ter tido os 21 Srs. Parlamentares presentes. Para se iniciar uma sessão nesta Casa Legislativa, é necessário o quórum de 21 Srs. Parlamentares.

Então, V.Ex^a, como presidente, encerrou a sessão anterior por falta de quórum e abriu uma sessão extraordinária sem o quórum regimental de 21 Srs. Parlamentares.

A prova de que isso ocorreu é que, agora, estamos aqui há 12 minutos aguardando que os 21 Srs. Deputados se façam presentes. Ou seja, esta sessão já é nula. Qualquer matéria que venhamos a apreciar, no decorrer desta sessão, estará, no mínimo, sob suspeita. Não acredito que este Plenário irá insistir na continuidade desta sessão mesmo tendo a convicção de que ela é uma sessão irregular. Esta é uma sessão irregular! Tenho certeza de que V.Ex^a, como presidente, reconhece isto.

E é por este mesmo motivo que peço a V.Ex^a, Sr. Presidente, que encerre definitivamente esta sessão.

Muito obrigado.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Srs. Deputados que se encontram nesta Casa, há um pedido de verificação de quórum. Favor comparecerem a este Plenário. (Pausa)

Restituído o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria, ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV, para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, usarei a tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, subo nesta tribuna a fim de falar apenas 30 segundos. Só para constatar, mais uma vez, que estamos funcionando hoje de maneira irregular.

A sessão foi reaberta sem a presença de 21 parlamentares. Qualquer votação que seja feita na tarde de hoje iremos judicializar justamente porque abrimos a sessão de maneira irregular.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o Líder do governo, ou da Maioria, ou Líder do PSL, para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos a deputada Fátima Nunes e por 6 minutos a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, nesta tarde em que estamos nos preparando para votar um projeto importante, para a continuidade do trabalho desenvolvido pelo nosso governador Rui Costa no nosso grande Estado da Bahia, precisamos nesse tempo de crise e de aperto, crise organizada pelo capital, porque não vi ninguém no mundo, nem no País, queimar algum carro cheio de dinheiro... Portanto, o dinheiro existe, o recurso existe. Mas os gráudos, os entendidos, os usurentos, aqueles que só pensam em si, tramam todos os dias contra aqueles e aquelas que, naturalmente, precisam da organização do Estado, do poder público, precisam das ações do poder público. De modo que foram tramando, no dia a dia, essa crise política que termina causando uma crise econômica.

Nada mais justo do que aqueles que ganham, e ganham muito, com o trabalho, com o suor, com o sangue da luta e do trabalho do povo brasileiro, possam contribuir nesse momento com o valor de “zero vírgula” de recursos, através de impostos. Dessa forma poderemos reforçar o caixa da saúde, da educação, do serviço social, para a melhoria das estradas e de tudo aquilo que compõe as ações do Estado, para que a cidadã e o cidadão baianos possam viver bem e possam viver com dignidade.

Então, estamos hoje aqui debatendo esse projeto que, naturalmente, será votado daqui a pouco. Para isso o nosso Líder do governo, deputado Zé Neto, está aqui na Casa trabalhando, dialogando muito para que tenhamos uma presença maior, de 35, 36 deputados que compõem a nossa base para a votação.

Enquanto estamos nesse debate, nessa discussão, queria aproveitar para registrar, com muita satisfação, nessas idas e vindas pelo sertão e pelo litoral, as ações do governo - iniciadas com o ex-governador Jaques Wagner e continuam com o governador Rui Costa – que melhoraram consideravelmente a vida do povo brasileiro.

Neste final de semana, tivemos a oportunidade de circular no nosso município de Cícero Dantas e também no município de Paripiranga, minha terra natal. Ter ido àquele povoado denominado de Conceição de Campinas foi para mim uma grande satisfação, porque foi naquela terra, onde eu nasci e cresci, que me tornei a primeira professora daquele território, dando aula numa casa – naquele tempo, bem mal arrumada - , mas era uma das melhores casas do senhor João Vitorino, que depois foi prefeito e hoje é falecido e saudoso.

Um dia quero levar lá o deputado Rosemberg Pinto para contar e recontar a minha história. Quero levar também a deputada Fabíola Mansur para contar e recontar a minha história, pelo orgulho, pela satisfação não apenas pessoal, que isso já é muita coisa, mas pela satisfação coletiva. Na minha idade, aos 20 anos – olha que sou bem jovem ainda –, eu tinha de atravessar aquelas estradas com a lama no joelho, e, hoje, a gente circula todo o território com as estradas vicinais bastante melhoradas.

Foi a nossa presidente Dilma Rousseff que colocou, em todos os municípios, uma patrulha mecânica, formada de patrol, retroescavadeira, caçamba, enchedeira e outros equipamentos, que tornou isso possível. Ainda que alguns prefeitos não tenham muita boa vontade, mas, pela cobrança e insistência do povo, foi possível fazer as estradas e a gente andar por todos os lugares de carro de passeio, como é chamado o carro pequeno, e de moto, dispensando o cavalo, que hoje serve apenas para passeios e cavalgadas, e o jumento, porque hoje a gente pode ir e vir com segurança e tranquilidade.

Voltando a esse povoado, gostaria também de agradecer a todos os nossos trabalhadores da Cerb, porque não foram poucas, desde o ex-governador Jaques Wagner até o governador Rui Costa, as buscas por água doce, por água potável para dotar aquele município dessa garantia de sobrevivência do povo do sertão naquele município de Paripiranga. Hoje, nós temos água da Embasa, levada para bem longe, do município de Banzaê, através do Programa Águas do Sertão, chegando a todas as casas, seja no povoado, seja na área rural.

Quero encerrar, neste dia de Santo Antônio, dizendo boas vindas ao ex-governador Jaques Wagner e ao governador Rui Costa. Estamos nos preparando para receber, nesta Casa, a nossa presidente Dilma, na quinta-feira ou em qualquer dia que ela vier. Ela será sempre bem-vinda aqui na Bahia.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, eu falo no tempo dividido entre a deputada Fátima Nunes, que falou pelo tempo de 6 minutos, e nós, que ficamos com o tempo de 5 minutos. Eu gostaria, na verdade, além de felicitar as cidades de Xique-Xique e de Teolândia, que comemoram hoje a sua emancipação e têm Santo Antônio como padroeiro, pedir a proteção desse santo.

Vim a esta tribuna, aproveitando o dia de Santo Antônio, para falar da nossa satisfação em ter ido, deputada Maria del Carmen, ao município de Mulungu do Morro, no sábado, para inaugurar, com o prefeito Fredson, que muito nos honra, prefeito que, ano passado, teve o município como número 1 em transparência, isso é extremamente importante, porque é um município pequeno, mas o PSB procura, na área de gestão, estar sempre focado em publicizar os atos de governo. Afinal de contas temos a própria Lei da Transparência, que foi projeto de iniciativa de um senador do PSB, senador Capiberibe.

Enfim, lá em Mulungu do Morro, tivemos a satisfação de, junto com o prefeito, junto com os seus secretários, junto com o presidente da Câmara, a quem mandamos um abraço, os vereadores Dão, Givanildo, Júlio, e com a presença também do deputado Zé Carlos Araújo, presidente do Conselho de Ética... Esperamos que amanhã ele consiga, com o voto de Tia Eron... estou vendo aqui as nobres companheiras deputadas Maria del Carmen, Ivana Batos, Fátima Nunes e Luiza Maia. Tia Eron vai receber uma carta destas deputadas pedindo que ela vote pela cassação do deputado Eduardo Cunha.

Nós, particularmente, também aproveitamos aqui para todas nós estarmos lembrando a Tia Eron da responsabilidade para com o povo brasileiro, da responsabilidade com as mulheres, com suas lutas e bandeiras históricas, da responsabilidade com o povo da Bahia, com o povo do Brasil e com o combate à corrupção, para ela tirar, definitivamente, este mandato nefasto para a democracia brasileira. Tenho certeza que vamos sensibilizá-la, companheiras e companheiros da Bahia. O deputado Zé Carlos Araújo está imbuído, realmente, em conseguir, no Conselho de Ética, a votação pela cassação.

Voltando, estivemos em Mulungu do Morro, lá inauguramos inúmeras obras de pavimentação, no povoado de Canudos, cujo padroeiro é exatamente Santo Antônio. Inauguramos, também, um centro digital de cidadania, deputado Rosemberg, que é extremamente importante para a comunidade, para os jovens daquela comunidade, para fazer a inclusão digital. Tivemos, também, inaugurando uma quadra poliesportiva que recebeu uma cobertura, obras na escola, e a juventude lá estava prestigiando o prefeito.

Estamos aguardando a definição, já estivemos com o governador Rui Costa, já estivemos com o secretário Marcos Cavalcanti. Pedimos a recuperação, ou uma operação tapa buracos, minimamente, do trecho que vai de Cafarnaum a Mulungu,

sobretudo do pedaço que vai de Mulungu a Baixa de Cainana, porque é extremamente importante para aquela comunidade, é um pedido que a gente faz - são apenas 2 km. Reconhecemos as dificuldades do governo na recuperação e na conservação das estradas vicinais, mas pelo desenvolvimento socioeconômico daquele município, pela condição precária das estradas, levando a prejuízos, inclusive, para o comércio, para o agricultor familiar que quer escoar sua produção.

Mais uma vez quero parabenizar o prefeito Fredson, de Mulungu do Morro, parabenizar o governador Rui Costa, que, junto com o prefeito, possibilitou a inauguração de quase 15 obras, mas reiterar nosso pedido para a recuperação da estrada que liga Cafarnaum a Mulungu e também do trecho que vai de Mulungu até Canudos.

Mais uma vez, reiterar aqui, também, a nossa solidariedade às famílias cachoeiranas, cujas crianças foram vítimas de incêndio em um casarão do centro da cidade e pedir que o nosso projeto de indicação para a construção da unidade do Corpo de Bombeiros, em Cachoeira, cidade histórica, possa ser feita o mais breve possível, já que a companhia que existe em Feira de Santana não tem tempo hábil para debelar incêndios como o que aconteceu. Então, tenho certeza de que, além da nossa solidariedade às duas crianças de 3 e 5 anos que foram vítimas do casarão que incendiou, os bombeiros ainda estão lá, o telhado caiu, inclusive matando essas crianças, uma tragédia em Cachoeira, também podemos contar com a solidariedade e a sensibilidade do governador, que esteve em Cachoeira inaugurando o mercado municipal. Eu tive a oportunidade, deputado Marcelino Galo, de estar com o governador, que, também, prometeu envidar esforços para concluir as obras da Unidade do Corpo de Bombeiros em Cachoeira.

Quero parabenizar o prefeito Fredson, mais uma vez, e todos os municípios que, hoje, têm, como padroeiro, o nosso santo casamenteiro, Santo Antônio. Tenho certeza de que, como casamenteiro, ele não tem nenhum preconceito. E quando ele casar, ele casará todas as pessoas que têm o amor como princípio básico de uma relação para trazer felicidade. Tenho certeza de que Santo Antônio é santo casamenteiro de todos e é contra todas as formas de discriminação.

Envio a nossa solidariedade, mais uma vez, às pessoas atingidas pela tragédia ocorrida em Orlando.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB, para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, o PMDB não indicará orador por entender ser esta sessão é irregular, está transcorrendo irregular. Portanto, inexistente.

Por isto não indicaremos oradores.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD, para falar e indicar orador, pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Falarão, por 6 minutos, a deputada Maria del Carmen e, por 6 minutos, a deputada Luiza Maia. Esta é uma sessão das mulheres hoje. Estou sentindo isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de 6 minutos.

A Srª MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, deputado Marcelino Galo, que assume os trabalhos desta sessão neste momento, quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, cumprimento as colegas deputadas Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Luiza Maia, Ivana Bastos, que estava aqui até neste instante, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, taquígrafas, todos os que nos assistem pela TV Assembleia, é importante, hoje, as mulheres terem tido a oportunidade de estar na tribuna desta Casa quase de forma constante nesta tarde.

Mas queria estar na tribuna, primeiro, para parabenizar a prefeita Yonara do município de Ouro-lândia, e todos os seus munícipes, que, neste último final de semana, comemoraram o aniversário de emancipação. Houve uma série de entregas de serviços à população daquele município.

A prefeita Yonara governa o município há quase cinco anos. Ela transformou e tem transformado a vida daquele pequeno município da região de Piemonte da Diamantina. Por isso, o nome do município é Ouro-lândia. O principal ouro daquele município é o mármore bege Bahia, que tem uma enorme importância na economia daquele município. Por outro lado, o município, também, tem-se modificado nas atividades da agricultura familiar com o plantio do abacaxi na região e que hoje se transformou em uma importância muito grande.

Portanto, quero parabenizar a prefeita Yonara pelo trabalho realizado no município: escolas, creches, que serão entregues à população daqui a poucos dias, o hospital municipal, que está, completamente, bem equipado e já, durante este ano de funcionamento, permitiu que 300 crianças pudessem nascer no município de Ouro-lândia, pois, antes, as parturientes tinham que ir a outros municípios, porque não havia maternidade.

Para o município de Ouro-lândia, foram atraídos 3 instituições bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o Bradesco. O ginásio de esportes é coberto. Há escolas municipais recuperadas e escolas novas foram construídas. Há pavimentação, poços perfurados. Enfim, houve uma verdadeira transformação naquele município.

Temos de parabenizar a prefeita Yonara por toda essa realização.

Gostaria de enviar um abraço ao ex-prefeito Adinael; um abraço, também, ao presidente da Câmara de Vereadores e aos demais vereadores daquela cidade.

Gostaria de dizer que o nosso mandato continuará ao lado, trabalhando, para que mais intervenções possam ser realizadas e que, cada vez mais, possamos levar novos serviços àquela população.

Queria, também, nesta tarde, tocar em outros pontos que, aqui, já foram trazidos pelas companheiras deputadas que me antecederam. Primeiro, houve a tragédia que se abateu em Orlando onde tantas pessoas perderam a vida pela intolerância, ódio, falta de amor e de sentimento entre as mesmas. A não aceitação da individualidade e do direito de cada um não pode mais ser tolerado, pois cada um tem o direito de exercer a sua opção sexual. A intolerância leva a fatos inomináveis. A intolerância ao próximo fez com que se trouxesse o sentimento de perda a tantas e tantas famílias em relação aos seus entes vitimados.

Isso é o exemplo do que acontece no mundo. Na Europa, hoje em dia, há o sentimento da xenofobia contra os imigrantes. E, naquele continente que tantos e tantos emigraram, infelizmente, o ódio está, a cada dia, mais presente.

Portanto, quero me solidarizar a essas famílias enlutadas assim como já fizeram os demais companheiros e companheiras que ocuparam esta tribuna.

Trago, também, hoje, para esta Casa um fato já comentado. Acho que a deputada Fabíola Mansur falou hoje acerca da tragédia ocorrida em Cachoeira com a morte de 2 crianças.

Gostaria de dizer que a deputada Fátima Nunes tem um projeto de lei que tramita nesta Casa que se destina à criação dos bombeiros civis, pois existe a necessidade e a importância da criação deste projeto. Nós temos auxiliado a deputada Fátima Nunes no debate e na discussão. Este projeto se encontra, hoje, em avaliação pela Casa Civil para verificar se o mesmo está adequado e poder, posteriormente, ser aprovado em caráter definitivo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Existe, também, a necessidade da criação do corpo de bombeiros civis que serão remunerados. Mas há a necessidade da criação do corpo dos bombeiros voluntários que poderiam ter ajudado em um processo como esse, principalmente, em uma cidade com as características de Cachoeira que se parece demais e tem a mesma característica do Centro Histórico de Salvador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Aqui, nós, também, não temos a implantação dos bombeiros civis nem dos bombeiros voluntários que deveriam estar auxiliando o Corpo de Bombeiros que hoje tem uma outra estrutura e que já demonstra, após a separação desta da corporação da Polícia Militar, por ter sido criado o Corpo de Bombeiros Militar. Logo, isso já demonstra a sua nova feição já que ele pode

arrecadar com taxas e novos serviços prestados poderá melhorar as condições de atendimento contra incêndios, a fim de que tragédias, como essa, não venham a acontecer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, volto a esta tribuna porque, no primeiro momento, não tive tempo suficiente para deixar registrado, aqui, a nossa indignação e a nossa tristeza até porque vivemos um clima, nesta Casa, de reforço a posturas homofóbicas e de reforço a posturas em defesa deste preconceito não só da homofobia como do machismo.

Quero deixar isso registrado.

Fico, inclusive, indignada, espantada e sem entender determinadas pessoas que fazem a prática desse discurso dia a dia e vêm aqui para externar que está triste e vem pedir um minuto de silêncio. Acho que precisamos ter coerência com o que defendemos.

A derrota, que nós sofremos no debate da discussão do Plano Estadual de Educação, foi muito triste e foi muito ruim para a luta das mulheres. Vejam, haverá, no futuro, um contrassenso se nós não educarmos as nossas crianças desde pequenas para respeitar a diversidade humana, para respeitar as mulheres, para respeitar os negros. Digo isso porque todos são seres humanos e todos merecem respeito independente de sua origem- como diz a nossa Constituição-, continuará acontecendo o que vimos agora em Orlando.

Este é um momento em que o mundo precisa refletir. Já estamos vendo as especulações de que foi um atentado terrorista. Mas sabemos que o incentivo ao ódio, essa divisão, o preconceito que é reforçado a cada dia por uma parcela da sociedade machista, capitalista, racista, nos leva a ver tragédias como aquela que vive hoje a comunidade LGBT, nos Estados Unidos, na cidade de Orlando.

Isso é muito triste. A nossa bancada de mulheres é pequena mas é unida. Deputada Fabíola, presidente da Comissão de Mulheres, não podemos nos calar diante de algumas posturas que vemos nesta Casa e determinadas derrotas que as mulheres têm sofrido na sua luta do dia a dia. A bandeira de igualdade de gênero é uma bandeira histórica das mulheres. Temos que voltar a discutir isso com o nosso governo, voltar a discutir com o nosso secretário de Educação, o senador Walter Pinheiro, para que a gente consiga de uma forma ou de outra introduzir esse debate, essa discussão, para ajudar na formação das nossas crianças pelo amor pela paz, pela harmonia. Não incentivando o ódio, o preconceito, a discriminação- como vemos

constantemente na nossa cidade, através de várias formas- a exemplo da desvalorização da mulher através da música, com o incentivo à violência. Aprovamos a nossa Lei Antibaixaria, mas vemos hoje, inclusive, a iniciativa privada incentivando e apoiando esse tipo de produção.

Quero, também, Sr. Presidente, retratar um pouco a nossa realidade nacional. O golpe foi desmascarado. Não adianta quem deu o golpe se estressar e achar que é discurso, porque já foi evidenciado qual era o seu objetivo, o seu motivo. Mas o povo brasileiro está sabendo reagir. Temos ainda a oportunidade no Senado Nacional de que esse golpe seja interrompido. Temos que fazer uma campanha, ou melhor, fortalecer a campanha que está em curso no Brasil, os movimentos sociais, para que os senadores consigam interromper esse golpe à nossa democracia.

Não acredito que depois de tanta evidência de que realmente era um golpe e de que a presidenta Dilma não tem nenhum crime cometido para sofrer o Impeachment- já vemos alguns senadores dizendo que não apoiaram a continuidade do processo para ver os horrores, os absurdos que estão acontecendo em Brasília.

A prisão solicitada do presidente do Senado, de Sarney, do Cunha- aquele homem provoca o país. Não é possível, principalmente para as mulheres, os seus projetos de cunho machista e homofóbicos que estão na Câmara Federal e mesmo estando completamente desmascarado, denunciado, com todo seu envolvimento comprovado com várias falcatuas, com dinheiro no exterior, o seu modo de operar para ter aquela base, vemos o risco que o país e o próprio Congresso correm de tê-lo de novo como presidente daquela casa.

Então a Comissão dos Direitos da Mulher, junto com a bancada feminina, com todas as deputadas, fizemos uma carta para Tia Eron, falando sobre a importância do voto dela nesse momento, para que ela refletisse. Não é possível uma pessoa com a história que ela tem de luta nesse estado, história de luta em defesa das mulheres, apoiar uma pessoa como aquela.

Há uma certa preocupação que no ritmo que as coisas vão nesse Brasil, nós que defendemos a democracia, a importância e o fortalecimento das nossas instituições para a gente não transformar esse País em um caos, porque a gente sabe que tem gente interessada em desmontar o Brasil, em desmontar a indústria nacional, com que intenção? Entregar a nossa riqueza, entregar tudo que este Brasil tem de tão poderoso para as empreiteiras, principalmente as norte-americanas, o grande capital financeiro, o capitalismo, principalmente o norte-americano.

Eu já havia dito isso uma vez aqui, disseram que eu estava maluca, que eu estava pirada, mas a gente está vendo lá que o projeto da entrega do pré-sal, da mudança da forma de exploração do nosso pré-sal é para entregar aos grandes empreendedores, principalmente norte-americanos.

O povo brasileiro não pode vacilar neste momento. Nós temos que estar atentos e continuar nas ruas, crescendo, cercar aquele Senado para impedir que, realmente, a

presidenta Dilma seja impedida nesse golpe que desmoraliza e infelicita o nosso País perante o mundo.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PPS para falar ou indicar o orador, pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, não indicaremos nenhum orador para falar no tempo do DEM nem do PPS, porque entendemos que esta sessão está irregular. Por essa razão, nós da Oposição não indicaremos nenhum orador para falar numa sessão que, no nosso modo de entender, não deveria acontecer.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Não há orador?

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar o orador, pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, entendendo que não há nenhum vício nesta sessão, primeiro porque há uma tradição nesta Casa, sempre se posicionou dessa maneira, em que uma sessão é convocada extraordinariamente vale a presença do painel. Depois, obviamente, se alguém pedir verificação de quórum, o quórum é colocado como foi feito aqui. E ela tanto foi validada pelos deputados aqui presentes que foi tomada a iniciativa de pedir quórum da sessão, o deputado Adolfo Viana se fazia presente...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Então vou indicar o orador, o deputado Zé Raimundo os 13 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- A questão de ordem do senhor é antes do deputado...

O Sr. Adolfo Viana:- Não há orador na tribuna. Questão de ordem, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Rosemberg Pinto não estava presente na sessão no momento em que ela foi reiniciada; só para deixar claro para o deputado Rosemberg Pinto. E ele pode, inclusive, depois pegar o DVD da sessão e constatar que tudo aquilo que estamos colocando é a pura realidade. A sessão foi

encerrada por falta de quórum e a sessão foi reaberta sem quórum. Esta Casa só pode funcionar com quórum de 21 parlamentares. Ela foi iniciada sem 21 parlamentares. E qualquer matéria que seja votada hoje será, no nosso entendimento, irregular, e nós, obviamente, recorreremos à Justiça se entendermos que é necessário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, presentes nas Galerias paulo Jackson, imprensa, colaboradores de serviço da Mesa, os que nos assistem pela *TV Assembleia* em toda a Bahia, Sr. Presidente, falo, com muito prazer, nesta sessão plenamente legal, sessão regimentalmente prevista, os detalhes, as nuances que estão sendo levantadas não levarão a nenhum questionamento porque é tradição desta Casa. Conforme explicações dos nossos técnicos legislativos, é normal, é costumeiro esse procedimento nesta Casa. E falo no dia 13 por 13 minutos, no dia de Santo Antônio, santo querido e padroeiro do Nordeste brasileiro, de Portugal, de toda a Península Ibérica, especialmente da nossa região sertaneja, Sr. Presidente.

Venho a esta Tribuna para ressaltar, mais uma vez, os feitos, o trabalho, o empenho do nosso governo do Estado que ao longo desse 1 ano e 6 meses, o governador Rui Costa vem trabalhando e se esforçando para levar serviços e ações em todo o interior da Bahia, como foi o evento da última sexta-feira na cidade de Ibiassucê, e aqui deixo um abraço para o meu amigo prefeito Neto e todos os nossos vereadores. Lá estive o governador Rui Costa para inaugurar obras, entregar uma bela praça naquela cidade, entregar viaturas para a segurança pública, inaugurar Unidades Básicas de Saúde, enfim para levar ações que promovem o desenvolvimento do interior do nosso Estado.

Quero também registrar, Sr. Presidente, que ainda sexta-feira, mesmo estando com uma tarefa em Vitória da Conquista, de ser candidato daquela cidade, pelo nosso partido, pelo Partido dos Trabalhadores e base aliada, tenho ainda alguns compromissos com algumas cidades e que nos momentos em posso as visito, sobretudo com a presença do governador. Logo após termos uma agenda pela manhã em Vitória da Conquista, fomos a Ibiassucê e no final da tarde fomos a Guanambi. E lá em parceria com o deputado federal Waldenor Pereira entregamos nove tratores agrícolas com os implementos a diversos municípios, especialmente para Candiba, Riacho de Santana, Iuiú, para os companheiros de Matina e também para os companheiros de Tanque Novo e ainda para os de Macaúbas.

Isso é resultado da parceria do Governo Federal com o Governo do Estado e nesse contexto desse processo que construímos, de apoiar a agricultura familiar, de apoiar os empreendimentos que vêm das organizações sociais, das associações, os sindicatos dos trabalhadores, Sr. Presidente. Por isso foi com muita alegria que neste final de semana tivemos uma agenda muito cheia.

Ainda no sábado participando de evento em louvou ao nosso querido padroeiro

Santo Antônio, que é admirado não só pelo significado que ele produz do imaginário popular, mas também nos corações, sobretudo, das mulheres que buscam rezar durante o Santo Antônio e pedir a ele uma graça para que facilite uma parceria no sentido de se buscar ou um noivo ou um namorado ou até um casamento.

Queria ainda, Sr. Presidente, trazer para essa breve fala os nossos cumprimentos aos nossos companheiros de Mirante, especialmente o nosso amigo Lúcio Meira, pré-candidato do partido dos Trabalhadores daquela cidade, aos nossos vereadores Juca do Areial, Vanderli Meira e também das lideranças sociais e políticas, do companheiro Marco Moreira, Célio Lima e Boaventura. Isso em função da passagem dos 27 anos de emancipação política de Mirante, que está sendo comemorado exatamente nesta semana, a partir de toda uma programação que a cidade tem e que os companheiros lá estão desenvolvendo.

Quero ainda, Sr. Presidente, trazer para esta Casa uma importante decisão do governador Rui Costa, que foi a convocação dos agentes penitenciários que foi aqui tão debatido. Essa convocação foi tão debatida e que tivemos oportunidade de frisar que o papel dos deputados da Bancada da Situação era de buscar, de encaminhar, de viabilizar as negociações e conversar com o governo, de buscar exatamente o diálogo e a intermediação das representações desses segmentos, como também dos policiais civis, como também de outros segmentos de servidores públicos para que o governo pudesse gradativamente ir contemplando a sua pauta, sua agenda de reivindicações.

O governador da Bahia, no final da semana passada, exatamente no dia 27 de novembro, convocou agentes penitenciários para várias regiões. No caso de Vitória da Conquista, além da medida anterior de ter licitado uma empresa que vai gerenciar e administrar o presídio, o governador convocou 14 agentes penitenciários para que sejam convocados, capacitados, orientados, além de todo o curso que já tomaram, agora, esses detalhes finais voltados para aquela unidade prisional de Vitória da Conquista.

Por tudo isso, é importante dizer que a Oposição, no seu justo papel, reivindica, faz toda aquela movimentação midiática, mas, na hora que o governador toma uma decisão positiva, acho que é dever e obrigação da Oposição reconhecer e elogiar o governador Rui Costa, como tem sido feito aqui muitas vezes de nossa parte, quando reconhecemos, em qualquer governo municipal independente de partido, os avanços que essas administrações trazem para as comunidades. Por isso, está de parabéns o governador Rui Costa, o nosso secretário de assuntos para administração penitenciária, que é o nosso querido Nestor Duarte Neto.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de fazer também algumas menções, algumas considerações, ainda que breves, sobre essa conjuntura política. Estamos presenciando uma efetiva crise do sistema eleitoral brasileiro, do sistema partidário e, por que não dizer, do sistema político em sua estrutura, em sua organicidade e em seu funcionamento.

Há três ou quatro meses, numa rápida fala desta tribuna, fiz menção, levantei

uma hipótese de que, em qualquer situação – e, naquele momento, não estava ainda colocada essa situação do golpe -, em que estão tentando perpetrar contra o nosso partido e contra a presidenta Dilma Rousseff, em qualquer situação dessa conjuntura, a saída que se deve buscar, a partir do final deste ano, com o resultado das eleições municipais, é se trabalhar um período de debates, um período de ampla reflexão, para que as eleições em 2018 para governador, presidente, para o Parlamento federal e para o Senado e, evidentemente, para a Assembleia Legislativa, que essas eleições tragam a marca de uma renovação, a marca de uma possibilidade de que façamos uma profunda reforma política.

A hipótese, a tese de uma convocação de uma Constituinte, durante um período, para que se debata e se faça uma profunda reforma no sistema eleitoral, está colocada mais do que nunca. Claro que sabemos que alguns agrupamentos políticos, inclusive do meu partido, sinalizam com a possibilidade da antecipação das eleições presidenciais, mas acredito que, se realizarmos uma nova eleição presidencial, com uma reforma política, ou pelo menos com a condição de que, após essas eleições, tenhamos uma Constituinte, durante um período de 3, 4, 5 meses, período a ser acordado num pacto nacional, numa estratégia de mobilização social, mas também de reconhecimento das estruturas vigentes e legais que estão em funcionamento, aí, sim, fazendo-se essas eleições, possamos ter uma profunda reforma do sistema eleitoral partidário neste País.

Não é possível termos câmara de vereadores com um prefeito eleito por ampla maioria e às vezes têm lá uma Oposição que fica barganhando com o prefeito ou contra o prefeito determinados benefícios que fogem a legalidade, ou, na melhor das hipóteses, querendo benefícios para os seus redutos eleitorais de forma as vezes não muito legítima.

Idem para as assembleias legislativas de todos os estados deste País, que por muitas vezes o governador eleito, com uma ampla maioria, é obrigado a promover arranjos dentro do Parlamento para ter uma maioria para aprovar seus projetos, porque as oposições, muitas vezes raivosas, não querem apoiar os projetos do governo.

E, idem, o Congresso Nacional que vimos agora o que aconteceu, quando uma maioria obtida com muitos esforços, com muitas negociações em função de uma conjuntura econômica, em função de uma crise internacional, em função de uma situação passageira, essa maioria é desfeita de forma oportunística por partidos, por aliados que estavam no poder enquanto o seu horizonte de interesse imediato era contemplado. E na medida em que o conjunto daquelas ações do governo passaram a contrariar esses interesses, essas forças políticas abandonaram o governo e promoveram um verdadeiro golpe institucional.

Golpe, sim, porque não há nenhuma acusação. Uma tentativa de golpe, eu corrijo, porque ainda assim há a possibilidade de que o Congresso Nacional, através agora do Senado rejeite essa ação delituosa, que esse agrupamento de forma sórdida

procura desqualificar a política e promover o golpe na presidenta Dilma Rousseff.

Por tudo isso, tenho a certeza que nessas eleições municipais a pauta vai ser essa, no plano geral, de uma grande reforma que se faz necessária para repensarmos as organizações, o processo eleitoral, as instituições partidárias neste País, para avançarmos numa democracia. Não apenas numa democracia representativa formal, mas também numa democracia social, numa democracia econômica, numa democracia que coloque em marcha as energias e as forças sociais deste País.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, que eu tinha a trazer neste nosso pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Ordem do Dia.

Há um requerimento sobre a Mesa assinado pelo deputado José Neto, Líder do Governo e da Maioria que requer nos termos do artigo 174 inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 21.914/2016 de autoria do Poder Executivo que institui condições para a concessão, manutenção de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros relacionados ao Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, ICMS. Sala das sessões, 08 de junho de 2016. Assina o deputado Zé Neto, Líder do Governo e da Maioria.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Mais uma vez eu constato o Plenário vazio e por esse motivo, peço uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, pedi a questão de ordem entendendo que o deputado Adolfo Viana está correto, de que nós precisamos fazer a votação desse projeto que é muito importante para a Bahia, neste momento em que as contas públicas são questionadas a todo instante e nós precisamos ajustar e fazer um pouco esse equilíbrio. Por isso acho que nós deveremos convocar todos os deputados

e deputadas, solicitar que se façam presentes para atender a esse pedido do deputado Adolfo Viana, de uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Esse quórum é um quórum para a continuidade da presente sessão, por isso que eu quero aproveitar, deputado Marcelino Galo, e solicitar que V.Ex^a chame nominalmente todos os deputados e deputadas. E já faço aqui um apelo a todos os deputados que se encontram nos seus gabinetes, no cafezinho, nos corredores da nossa Assembleia, atendendo vereadores, prefeitos, a sociedade civil, para que se façam presentes para atender esse pedido do deputado Adolfo Viana, de verificação de quórum da sessão.

Peço a V.Ex^a que faça soar as campainhas e convoque todos os deputados e deputadas nominalmente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, feito pelos deputados Adolfo Viana e Rosemberg Pinto. Peço que zere o painel, dê o tempo de 15 minutos.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu queria pedir a suspensão da verificação do quórum, uma vez que o interessado saiu da sessão. Que V.Ex^a dê continuidade à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Dando continuidade à sessão, para encaminhar a deputada Fátima Nunes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, um momento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- V.Ex^a saiu do plenário, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Não. V.Ex^a saiu, saiu.

O Sr. Adolfo Viana:- Mais uma irregularidade na sessão. Sr. Presidente, marque o tempo, por favor. A Justiça está aí para fazer o que V.Ex^{as} não estão fazendo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Pode regular.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu sei que o deputado Adolfo Viana, hoje, está com pouca paciência. Mas, não adianta essa pouca paciência, porque nós estamos discutindo para aprovar um projeto de alta relevância para o desenvolvimento do nosso Estado. E o Estado da Bahia começa lá na divisa de Sergipe, na minha terra natal, Paripiranga, e vai até a divisa do Piauí, onde está também a terra do deputado Adolfo Viana.

Portanto, os projetos que aprovamos aqui, de fortalecimento do caixa da Bahia, servirão para que o nosso governador desenvolva ações em todo o Estado. Portanto, melhorar as estradas de Casa Nova, Remanso, Uauá, da nossa terra natal, de Jeremoabo. Por tudo isso, não pode então ter deputado, embora esteja na Oposição, contrário a essa votação, porque nós não estamos aqui votando nem discutindo temas particulares, nós estamos aqui discutindo temas e projetos públicos para desenvolver, melhorar as condições de vida do nosso povo.

Eu sei que qualquer um de nós fica satisfeito quando vamos nos nossos povoados, nas nossas comunidades, quando conseguimos viajar por estradas asfaltadas. Sei que ficamos também satisfeitos quando percebemos que outros Estados estão com dificuldade de cumprir a folha de pagamento, às vezes dividindo salário, rateando, deixando para pagar o 13% mais para frente, e o nosso governador cuidando, zelando diariamente do caixa público para que todo final de mês nossos servidores públicos do Estado tenham seus salários garantidos. Inclusive, nomeando outras profissionais para a área da segurança pública, que todos nós sabemos, é uma área muito importante e necessária, tanto na parte do combate à violência, do aparato policial, como também nas ações preventivas, fortalecendo o trabalho social das comunidades, das instituições não governamentais, que desenvolvem, diariamente, trabalhos com a juventude através dos cursos profissionalizantes. E tudo isso depende de recursos, depende de financiamentos e é por isso que nesta tarde, todas nós estamos aqui.

Quero saudar a nossa deputada Neusa Cadore, que acabou de me contar uma coisa que faz parte do nosso coração, que hoje pela manhã participou da Feira da Agricultura Familiar e da Economia Solidária.

E por que nós valorizamos tanto esta ação? Porque é lá na comunidade, seja no interior do município ou próximo da cidade, onde as pessoas se organizam, onde as pessoas desenvolvem a sua criatividade, a sua produção, geram sua renda e assim podem viver felizes, viver com dignidade. E não deixam sua terra natal para vir para a cidade grande, para outras regiões do Brasil, muitas vezes sem uma mão de obra qualificada, sem uma mão de obra adequada e muitas vezes viver nesses “apertamentos” porque, na verdade, o adensamento das cidades grandes é um verdadeiro “apertamento”, sem ter uma condição de vida com dignidade.

E a deputada Maria del Carmen, também, fazia há pouco um protesto e quero que fique registrado: ela lamentava que hoje tenha votação do plano de desenvolvimento urbano desta cidade do Salvador, sem que ela e tantas outras pessoas que labutam pelo plano de urbanização da cidade tenham sido convocadas, tenham participado, tenham elaborado.

Então, estamos vendo que enquanto aqui a gente faz o debate extensivo, seja da tribuna desta Casa; seja nas comunidades; seja nas cidades com audiências públicas, com as conferências que fazemos, como aconteceu recentemente a conferência das cidades; a conferência da assistente social; a conferência da agricultura familiar; a conferência da assistência técnica, que é a oportunidade do exercício da cidadania e da democracia, aqui nesta cidade na calada, é votado.

Ou seja, quem sabe, fortalecendo este momento horrível que o Brasil vive do golpe. Mas a nossa palavra aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- (...) encerrando essas palavras, dizer que somos

contra o golpe e queremos de volta a democracia.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para encaminhar, deputado Rosemberg Pinto, Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria neste momento, saudar aqui os servidores, a Imprensa e fazer uma saudação a esse dia 13 de junho, que é o dia da emancipação política da cidade de Varzedo, 27 anos, onde estive presente hoje pela manhã com o prefeito Radaman, uma cidade onde o nosso querido prefeito tem, deputado Fábio Souto, uma avaliação positiva de quase 80%. Neste momento de crise, numa cidade pequena, com menor índice de fundo de participação, ele consegue fazer uma gestão exitosa no município. Por isso, quero parabenizar o município de Varzedo pelos 27 anos de emancipação política, uma cidade nova e que está se desenvolvendo fruto dos últimos 8 anos... também, com respeito aos outros prefeitos dos últimos 19 anos anteriores ao nosso que fizeram administrações exitosas.

Hoje, votaremos esse projeto de urgência, que é fundamental para que possamos votar um projeto que o governador Rui Costa encaminhou para esta Casa. Esse projeto, tivemos o cuidado de debater com os diversos segmentos organizados. Reunimos com o segmento da indústria, diversos deputados do governo e da Oposição a fim de apresentar a importância de se votar no projeto para o equilíbrio das contas públicas do nosso Estado. O projeto não é específico para a Bahia. Ele está sendo aprovado por todas as Câmaras Legislativas Estaduais. São 27 ao todo, onde se tenta equilibrar, e talvez com isso, possamos superar uma divergência que existe entre os Estados, com relação aos incentivos fiscais.

Acredito que com esse projeto aprovado, consolida a tese da aprovação dos incentivos. Isso pacificará uma demanda que, às vezes, é questionada pelo Estado de São Paulo e Rio de Janeiro em relação aos Estados do Nordeste. É lógico que há uma redução no incentivo de 10%. Isso é feito para todos os Estados, não só para a Bahia, evitando que se utilize esse instrumento para a disputa de atração de empresas, uma vez que a redução será de forma igualitária para os estados brasileiros.

Essa urgência que aprovaremos, hoje, aqui... espero que os deputados aprovem, inclusive com os votos dos deputados da Oposição, porque esse não é um projeto para o governador Rui Costa, é um projeto para o Estado da Bahia. Por isso, queremos conclamar a todos os deputados e deputadas que votem nessa urgência, para que possamos, na próxima semana, votar esse projeto aqui. E a sua aplicabilidade acontecer no mês de julho para evitar que tenhamos de tomar medidas que alguns Estados têm tomado em relação ao pagamento de servidores, parcelamentos e atrasos. O Estado da Bahia, que tem uma renda per capita, das

menores do Brasil, consegue garantir o equilíbrio das suas contas, honrar o compromisso com fornecedores e com os servidores, em função da boa gestão que o governador Rui Costa tem feito. Por isso, é de fundamental importância que votemos essa urgência.

Quero conclamar a todos os deputados e deputadas que se fazem presentes nesta sessão, para que possamos votar essa urgência e garantir que esse projeto aconteça na próxima semana. Aliás, na próxima quinta-feira, conforme combinamos na última terça-feira, a fim de garantirmos que o projeto possa ser aplicado no mês de julho para o equilíbrio das contas do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para encaminhar, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, não irei encaminhar justamente porque entendo que esta sessão está ocorrendo de maneira irregular. Volto a chamar a atenção de V.Ex^a, essa votação no dia de hoje não terá efeito na prática, porque esta sessão foi iniciada de forma irregular e está sendo mantida de maneira irregular.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Deputado Adolfo Viana, estou convocando-o, porque havia a inscrição de V.Ex^a no livro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para encaminhar, deputado Luciano Ribeiro por até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, seguindo a orientação do líder do PSDB, estamos aqui protestando contra a continuidade desta sessão por detectarmos nela, irregularidades insanáveis.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para encaminhar, deputado Luiz Augusto.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Srs. Deputados, estou encaminhando, mas não é para votarmos agora, porque também estou em dúvida desse projeto. Estou ali conversando, querendo tirar minhas dúvidas, porque não quero ser algoz da indústria e da agropecuária da Bahia.

O que está escrito ali, no meu convencimento, está diferente do que o secretário está me mostrando. Preciso ter convencimento, porque ali está dizendo todo mundo que tem incentivo fiscal ou todo mundo que paga ICMS. A conta ali é

diferente da que estão passando para a gente. Estou preocupado com isso, estou preocupado com a agropecuária e com a agroindústria. Seria uma grande irresponsabilidade minha se viesse a ajudar a aprovar um projeto que eu tivesse a certeza que fosse quebrar ou desencadear um processo de aumento dos custos, principalmente da agropecuária. Estou vendo pessoas com margens negativas na parte do frango, do boi, porque o milho está muito alto. Estamos num processo que está dando prejuízo a essas indústrias e, se criamos mais um custo...

O Sr. Zé Neto:- É só a urgência, deputado.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- (...) eu sei, mas estou votando a urgência dizendo que, então, faço um compromisso, voto a urgência, mas não me peçam, depois, para votar o projeto se não estiver convencido. Se não me convencerem, vou trabalhar para não aprovar o projeto. Estamos vendo lá na matemática que está dando prejuízo e ainda vão botar mais um imposto em cima? É o primeiro Estado que está fazendo isso. Estou vendo um setor dando prejuízo, vou contribuir para aumentar o prejuízo desse setor?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, deputado.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Luiz Augusto, hoje, pretendemos votar...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, não cabe aparte em encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Deputado Rosemberg Pinto, não cabe aparte em encaminhamento.

Deputado Luiz Augusto com a palavra.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Então, essa é a minha grande preocupação. Não estou convencido, estou preocupado, estou vendo as contas dos setores, as pessoas passando para a gente. Não é de agora, é desde a Agrishow, a Bahia Farm Show, os setores pressionando e, de repente, votamos aqui uma coisa totalmente diferente daquilo que pregamos lá, de que íamos lutar, tentar melhorar. É vir aqui e dar um voto totalmente contrário ao que preguei lá.

Essa é a minha grande preocupação, não há nenhum problema em votar a urgência, mas quero discutir, quero achar, realmente se tem convencimento para não quebrarmos as indústrias. Aqui no setor agropecuário tem vários, tenho certeza que na hora que esse projeto passar e que pode dar mais prejuízo ao setor agropecuário, o governo não vai ter o voto dessas pessoas que defendem esse setor.

Estou deixando claro que vou dar a presença, mas na votação da matéria se não tirarmos todas as dúvidas, eu não vou votar, pelo contrário, vou trabalhar para que não seja aprovado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Em votação o requerimento nº 8.754/2016 do deputado Líder da Maioria ou do governo, Zé Neto, que requer regime de urgência para o Projeto de Lei nº 21.914/2016 de autoria do Poder Executivo, que institui condições para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros relacionados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, ICMS.

Sala das sessões, 8 de junho de 2016.

Passo a presidência ao deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que faça uma verificação de quórum para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para entender, estou chegando agora. Já foi discutido, já está em votação?

Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quero dizer que realmente precisamos ter aqui esse número suficiente para atendermos ao pedido de quórum de votação do deputado Luciano Ribeiro. Quero aproveitar aqui para responder ao deputado Luiz Augusto que nós também vamos votar a urgência do projeto, entendendo que se houver divergências entre o que foi apresentado pelo secretário da Fazenda e o que está escrito, obviamente também iremos solicitar ao relator do projeto os ajustes para que o projeto se adeque àquilo que foi apresentado aqui pelo secretário da Fazenda.

Deputado Zé Neto, que é o Líder do Governo, a Bancada do Partido dos Trabalhadores coloca que se houver qualquer dúvida entre o que está escrito e o que foi apresentado pelo secretário da Fazenda, na última terça-feira, vamos votar a urgência do projeto hoje. Caso haja dúvidas temos até a quinta-feira para, através do relator, fazer o ajuste necessário para que não paire dúvidas com relação à aplicabilidade do projeto, conforme foi apresentado pelo secretário da Fazenda, Manoel Vitória. Por isso, deputado Luiz Augusto, quero concordar com V.Ex^a, vamos votar a urgência e caso haja divergências entre o que foi apresentado por emenda de relator, faremos os ajustes necessários aqui.

Sr. Presidente, quero pedir a V.Ex^a que chame todos os deputados e deputadas

que se façam presentes neste momento, quem está na sala do cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, nos corredores, que possam se fazer presentes para que possamos votar a urgência desse projeto que, no meu entender, conforme foi apresentado pelo secretário Manoel Vitório, atende os interesses do Brasil, não é só da Bahia porque é um projeto para todos os estados. Então é necessário que a sua redação esteja adequada ao que apresentou aqui o secretário da Fazenda, Manoel Vitório.

Por isso, quero chamar os deputados e deputadas para que se façam presentes. E indico a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores que se posicione de maneira favorável à votação deste requerimento de urgência.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, ele não pediu os 15 minutos, então vale aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação é obrigado contarmos os 25 minutos. É obrigado! Como é que eu vou votar? Já tem 45 deputados. Pronto. Eu já disse aqui que os 25 minutos são regimentais. Eu não posso votar sem um critério, que é o de marcar os 25 minutos; e eu sempre marco, mesmo que nenhum deputado peça verificação de quórum.

Zerem o painel e marquem 25 minutos.

Antes, porém, da questão de ordem, eu vou... Srs. Deputados, marquem as presenças, por favor.

Estão faltando marcar as presenças os seguintes deputados: Aderbal Fulco Caldas, que acaba de chegar ao recinto, Adolfo Menezes (PSD), Adolfo Viana (PSDB), Alan Sanches (DEM), Alex Lima (PTN), Ângela Sousa (PSD), que está marcando agora, Augusto Castro (PSDB), Bobô (PCdoB), Bruno Reis (PMDB), Carlos Geilson (PSDB), Pastor Carlos Ubaldino (PSD), David Rios (PMDB), Eduardo Salles (PP), Euclides Fernandes (PSL), Fábio Souto (DEM), Gika (PT), Hildécio Meireles (PMDB), da nossa querida Valença, Jânio Natal (PTN), José de Arimatéia (PRB)...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, Excelência.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, eu gostaria apenas de me referir às palavras do deputado Rosemberg, quando ele fez um discurso belíssimo dizendo que esse projeto atende ao Brasil e aos brasileiros. Ora, há em si uma contradição quando ele afirma que estamos apreciando aqui apenas – apenas! – a urgência, o que é verdade, pois ele não pode dizer que isso é um projeto dos brasileiros. Apreciar essa urgência é, mais uma vez, o maior desserviço para esta Casa.

Não há um projeto do Executivo neste Legislativo que não seja apreciado em regime de urgência. E o governador usa um artifício desmoralizante ao Poder Legislativo, que é colocar os projetos para dar número, retira depois de votarem as

três urgências, retorna com os mesmos projetos, vota as três urgências, retira novamente, volta para dar número... Isso é uma desmoralização sem tamanho a este Poder Legislativo. E nós estamos aqui assistindo passivamente.

Ora, dar sustentação política ao governo é democrático, lícito, válido e faz parte do jogo, mas permitir que isso seja feito, que tudo aqui seja apreciado em regime de urgência, não. Ou seja, permitir que nada seja apreciado, que tudo seja votado a toque de caixa, sem discussão. Quantos deputados foram àquela tribuna hoje? Quantos falaram do mérito desse projeto? Tudo isso tem que ser visto.

O governador usa o artifício de colocar projetos, retirar e voltar com os mesmos projetos para dar número. Volto a repetir: isso é uma desmoralização ao Poder Legislativo por parte do governador.

Satisfeito, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria de pedir ao deputado Luciano que marque... Já marcou? Falta apenas um deputado.

Deputados Adolfo Viana, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Targino, Sidelvan Nóbrega, Pedro Tavares, Paulo Câmera, Pablo Barrozo, Marcell Moraes, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Alex Lima.

Srs. Deputados, estão faltando votar os deputados Sandro Régis, Tom Araújo, Targino Machado, Soldado Prisco, Sidelvan Nóbrega, Sandro Régis, Rogério Andrade, Robinho, Robério Oliveira, Reinaldo Braga, Paulo Câmera, Manassés, Joseildo Ramos. (Pausa)

Falta apenas um Sr. Deputado...

(Procede-se à chamada nominal para quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum.

Sr. Deputado Luciano Ribeiro, como recomenda o voto à sua bancada?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, por entendermos as irregularidades insanáveis desta sessão, recomendamos a toda bancada se abster de votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A bancada do deputado Luciano Ribeiro abstém-se de votar. Tudo bem.

Como recomenda o voto à sua bancada, deputado Zé Neto?

O Sr. Zé Neto:- Recomendo votar sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o requerimento de urgência. Em votação o requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 21.914/16.

Quem quiser votar a favor do Líder do governo vota sim.

Quem é contra ao projeto vota não.

Há, também, o direito de se abster do voto.

Em votação!

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, em votação, deputado (Pausa)

Tudo bem. Abrirei um precedente pelo respeito e pela admiração que tenho por V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, entendemos que esta sessão nasceu de maneira irregular. Em meu entendimento, a votação desta urgência a este projeto de lei não tem validade desta maneira. Entendemos que esta sessão nasceu de maneira irregular e sem quórum para o nascimento da mesma.

Portanto, comunico a V.Ex^a que impetrarei um mandado de segurança para pedir a suspensão dos efeitos desta sessão. Informo isso a V.Ex^{as} a fim de que, amanhã, não digam que não fiz o comunicado à Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Se V.Ex^a permitir, só gostaria de saber qual é a irregularidade?

O Sr. Adolfo Viana:- A irregularidade é, justamente, no momento em que a primeira sessão, qual seja, a sessão ordinária foi derrubada por falta de quórum e, um minuto após o encerramento da sessão ordinária, V.Ex^a abriu a sessão extraordinária sem as presenças de 21 Srs. Deputados. E, sem 21 Srs. Deputados, esta Casa não pode funcionar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já entendi o que V.Ex^a acha que é irregular. A presidência discorda completamente, porque desde o descobrimento do Brasil é feito assim por todos os presidentes da Casa. Quando se encerra uma sessão por falta de quórum, inicia-se a outra com o quórum anterior. Há quórum e está no sistema.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente, só para esclarecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Normalmente, quando V.Ex^a encerra uma sessão com um determinado quórum, reabre a extraordinária para colocar em votação, justamente, projetos de interesse do Legislativo e do Executivo. Portanto, do interesse do Estado da Bahia. O que não foi o caso atual. A sessão ordinária foi encerrada por falta de quórum. Não foi encerrada com quórum para que pudéssemos votar o projeto que estava determinado.

O que aconteceu foi, justamente, o contrário. Quando cai uma sessão e entramos numa outra extraordinária, a partir daí, para que possamos deliberar projetos, não necessariamente temos que finalizar a primeira sessão por falta de quórum. O que aconteceu hoje foi que a sessão caiu, porque não havia quórum, só 14 parlamentares no Plenário, e V.Ex^a reabriu a sessão com os mesmos 14 parlamentares. Portanto, ela nasce sem o quórum de 21 deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a é deputado há 6 anos nesta Casa, salvo engano. Agora, depois de 6 anos, é que V.Ex^a veio descobrir?! Sempre aconteceu dessa forma. Sempre foi assim. Todas as vezes que se encerra uma verificação de quórum, reabrem-se os trabalhos com o quórum anterior. V.Ex^a me permita, porque deve ter votado de forma idêntica pelo menos umas duas mil vezes dessa maneira. Somente hoje, depois de 6 anos, é que V.Ex^a descobriu?. Respeito muito a posição de V.Ex^a, entre com o mandado. Se a Justiça mandar tomar qualquer decisão, pode ter certeza de que esta Presidência cumprirá. Agora, ela está legal, regimental e, principalmente, respeitando a tradição da Casa, que sempre foi assim, desde que existe Poder Legislativo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, estou estranhando o deputado Adolfo Viana. Na realidade, a sessão encerrou, e eu nem tinha chegado ainda. A minha vice-líder me pediu orientação de como deveria proceder. Provavelmente, foi uma combinação para ir logo para a sessão extraordinária para ganhar tempo, certamente.

O Sr. Adolfo Viana:- Combinação?!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não é combinação com a Oposição, mas com a minha bancada. Não há nenhum tipo de modificação nesse sentido. Por isso, o deputado Adolfo Viana está extremamente equivocado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero apenas lembrar que a convocação da sessão extraordinária foi feita por 21 Srs. Deputados, foi assinada por 21 Srs. Deputados.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente, só para esclarecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Rosemberg fala em combinação. Combinação com a bancada dele seria entendimento. Para haver combinação, aqui, tem de ser entre o Líder do Governo e o Líder da Oposição. Entre sua bancada, deputado, é entendimento, não é combinação. V.Ex^a precisa ser claro ao microfone para não parecer que estamos aqui desfazendo um combinado.

Então, vamos ser claros para que as coisas fiquem registradas como são.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para registrar, a sessão extraordinária foi convocada com a assinatura de mais de 21 Srs. Deputados. É bom que fique registrado.

O Sr. Carlos Geilson:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, V.Ex^a.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, solicito que o deputado Zé Neto tenha

educação para ouvir. O deputado Zé Neto não tem educação para ouvir, isso é costumeiro dele. É o seguinte: presidente, nas próximas convocações, quando V.Ex^a anunciar que tem uma sessão convocada extraordinariamente com a assinatura de 21 deputados, espero que não aceite que esteja uma etiqueta no papel como um documento de convocação. Aí tem uma etiqueta!

O Sr. Rosemberg Pinto:- É o número do projeto!

O Sr. Carlos Geilson:- Só um minutinho!

O deputado Zé Neto tem esse papel assinado para ele gastar até 2018. Então, em cada sessão ele vai lá e bota uma etiqueta! É só arrancar essa etiqueta que o documento está inválido!

O Sr. Rosemberg Pinto:- A etiqueta é o número do projeto.

O Sr. Carlos Geilson:- O PT é assim! Isso não me surpreende, não! Agora no grito não vai ganhar!

Peço que V.Ex^a não permita que nas próximas convocações o documento seja com a etiqueta. O deputado apresenta o documento, e, em cima da hora, vem correndo o assessor e coloca a etiqueta no documento!

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Geilson:- Então, acredito que um documento como esse é inválido.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não!

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente!

O Sr. Carlos Geilson:- Sendo assim, que, na próxima convocação, V.Ex^a só aceite a assinatura explícita, concisa e clara para a sessão em debate.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, solicitarei que V.Ex^a dê continuidade à votação, para que a gente possa participar deste momento de responsabilidade da Casa, ao invés de estar reabrindo discussões que já foram superadas e que cabem ser colocadas nos prazos e nos tempos devidos. Estamos num processo de votação, e essa discussão não vai revertê-lo. Peço que a gente possa, de fato, retomar a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro. Essa é a última questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Estamos em votação!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho. Eu não posso negar uma questão de ordem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, é uma questão de ordem que me parece ser grave. Até então...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu fui abrir um precedente ao deputado Adolfo Viana, deu nisso. Não vou abrir mais!

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, eu pedi a questão de ordem primeiro!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Durante o processo de votação, não pode haver questão de ordem. Eu fui abrir um precedente, deu nisso.

Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, eu pedi a questão de ordem primeiro!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a questão de ordem a V.Ex^a.

Fale, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, parece-me que o deputado Carlos Geilson, membro da Mesa, fez uma afirmação que nos parece que foge...

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Rosemberg Pinto, permita que eu fale!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, nobre deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luciano Ribeiro, seja breve.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Serei breve, mas parece-me que a questão que o deputado Carlos Geilson, como membro da Mesa, colocou... Ele disse que esse documento foi montado. Se é um documento montado, parece-me que cabe a V.Ex^a, zeloso como é pelo parlamento... Aí já fugiria à esfera de entendimento de V.Ex^a de que as assinaturas compreendem, mas adentrar à questão da montagem de um documento... Isso quem está afirmando é um deputado membro da Mesa Diretora, o que é extremamente grave. A minha questão de ordem, portanto, não é para referendar o que o deputado Adolfo Viana falou, porque a questão de ordem dele foi feita. É uma segunda questão de ordem numa afirmação de um membro da Mesa Diretora que o documento que se encontra e que deu sustentação à presente sessão extraordinária é um documento montado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, quando nós abrimos uma sessão, não contamos nas cadeiras as pessoas que estão presentes, contamos quem está no painel. Do mesmo modo, a convocação da sessão por V.Ex^a após a queda da sessão é baseada nos que estão subscritos pedindo a convocação da nova sessão. Cabe a quem discordar pedir a verificação de quórum. O presidente tem de ser provocado, não pode ser da iniciativa de V.Ex^a contar quantos deputados estão presentes. Cabe a qualquer um que discorde solicitar a necessária verificação de quórum, para que V.Ex^a possa proceder.

O nobre colega Luciano Ribeiro, que é advogado, sabe que o juiz tem de ser provocado, ele não tem iniciativa.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado, essa questão já foi decidida pelo presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Resultado: aprovado com 29 votos “sim”, 2 votos “não” e 7 abstenções.

O próximo requerimento, que leva o número 8.755/2016, requer, (Lê) “Nos termos do artigo 174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei 21.915/16, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE e dispõe sobre recursos a serem aportados no Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP, criado pela Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012 e dá outras providências.”

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Aprovado? O quê, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu aguardei.

Esse é um requerimento de urgência para o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundese. Portanto, foi aprovado...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sem discussão, sem nada! Nós queremos discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agora não tem como!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Foi votado como?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o requerimento já foi votado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Votado como? Como foi votado?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu coloquei em votação, fiquei aguardando...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não! Não foi votado, não! Votado como, se não houve discussão?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Exª não se inscreveu! Na convocação extraordinária, constam os dois requerimentos, e eu li os dois.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Exª leu?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu li os dois, deputado! Eu li os dois! Eu coloquei em votação e fiquei aguardando. Eu olhei para todos os deputados, mas ninguém pediu verificação de quórum.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Só havia um!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, deputado! Eu coloquei os dois. Eu li os dois!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Da forma como V.Exª leu, depois da votação, vários deputados saíram.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu li os dois, coloquei em votação, aguardei uns 4 segundos e coloquei em votação.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.